

O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA EM SOCIEDADE.

TEACHING SOCIOLOGY AND PROFESSIONAL EDUCATION: A STUDY ON THE CONCEPT OF WORK AND ITS IMPLICATIONS ON LIFE IN SOCIETY.

¹Sheilayne Carneiro da Silva.

²Chrystian C. Carlétti.

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E-mail: sheilayne@hotmail.com.

²Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E-mail: chrystian.carletti@ifrj.edu.br.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6760-3231>

Artigo submetido em 06/08/2021, aceito em 18/09/2023 e publicado em 21/09/2023.

Resumo: Este artigo tem por objeto o ensino da Sociologia no curso técnico de Administração em instituição escolar ligada à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Buscou-se compreender qual é o entendimento que discentes do ensino médio integrado têm sobre o conceito de Trabalho e suas implicações na vida em sociedade, objetivando contribuir com ensino que possibilite uma formação crítica, que vá ao encontro da perspectiva de educação integral. Foi possível compreender a importância de alinhar teoria e prática para que os discentes percebessem a aplicabilidade do conhecimento sociológico no cotidiano, sendo observadas suas capacidades, inclusive em relação ao papel que ele exerce na sociedade. As metodologias utilizadas foram: análise documental, grupo focal e análise de conteúdo.

Palavras-chave: trabalho; educação profissional; sociologia do trabalho.

Abstract: This article has as its object the teaching of Sociology in the Business Administration course in an educational institution linked to the Department of Education of the State of Rio de Janeiro. We sought to understand what's understanding that integrated high school students have about the concept of Work and its implications for life in society, aiming to contribute with teaching that enables a critical education that meet the perspective of Integral Education. It was possible to understand the importance of aligning theory and practice so that students could realize the applicability sociology in your life, with their capacities being observed, including in relation to the role they in society. The methodologies used were: document analysis, focus group and content analysis.

Keywords: work; professional education; teaching sociology.

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização da presente pesquisa surgiu da vivência em instituições públicas de ensino como estudante de escola pública e, mais tarde, como docente que percebe a necessidade de tornar possível o ensino emancipador, disponibilizando ao indivíduo uma formação crítica.

Abordar um dos conceitos da Sociologia se deu devido à percepção de que tal disciplina parece se restringir aos muros da academia, sendo pouco disseminada na Educação Básica. Isso levou a uma inquietação, pois ainda se trata do maior grau de ensino e formação ao qual a maioria das pessoas terá acesso, visto que, de acordo com dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2018), apenas 23,2% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos frequentaram o ensino superior no Brasil. Analisando por outro viés, pode-se também dizer que 76,8% dos jovens nesta faixa etária prosseguiram com os estudos até, no máximo, o ensino médio.

Outro elemento responsável pelo interesse no tema deste artigo está ligado ao fato de que, enquanto docente de Sociologia com vínculo com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), vivenciar as problemáticas que circundam a Educação Básica em relação ao ensino se faz inerente à própria prática; e tentar buscar soluções para elas está relacionado ao fato de perceber a educação como possibilitadora para a construção de mudança social capaz de dirimir as desigualdades existentes na sociedade.

Foi a partir da observação do cotidiano da educação pública somada aos questionamentos estimulados pelo Programa do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que surgiu o lampejo de trazer a discussão que se faz aqui. Experenciar as questões que envolvem o ensino integral oferecido pela rede pública do Estado do Rio de Janeiro ao lecionar para o curso de Administração com ênfase em Empreendedorismo exponenciou o interesse pela busca de maneiras de aproximar a Sociologia da realidade dos educandos. Isso porque o comportamento do indivíduo e a percepção do seu papel social são frutos daquilo que foi aprendido durante a construção como ser sociável, exercendo a escola papel crucial nesse aspecto. Ademais, a formação deve ser ofertada de maneira que se tenha como objetivo a colaboração para que ela se dê em sua completude.

Assim sendo, a pesquisa realizada teve por objetivo a análise do conhecimento que os alunos do ensino médio integral no curso de Administração com ênfase em Empreendedorismo tinham a respeito do conceito de Trabalho, utilizando a técnica de grupo focal e a elaboração de um texto pelos participantes para a coleta de dados. O perfil etário traçado para a participação dos indivíduos foi de 14 a 17 anos.

A busca por compreender qual é o entendimento desses indivíduos em relação ao tema Trabalho se deu pelo fato de tal conteúdo estar materializado de maneira direta no cotidiano de sociedades que se estruturam a partir dele. Além disso, a escolha também se deu pelo fato de esses discentes terem feito a opção por um ensino que, ao menos teoricamente, daria a eles um meio de inserção no mundo do trabalho. À vista disso, o recorte realizado na pesquisa foi, mais especificamente, o conceito sociológico de Trabalho, abordando quais são as implicações do mesmo na vida em sociedade.

Os materiais institucionais utilizados e analisados na construção da presente produção acadêmica foram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica e o Currículo Mínimo estabelecido pelo Estado do Rio de Janeiro, em 2012, o qual ainda está em vigor. A escolha por esses documentos públicos, tanto de origem estadual quanto federal, deu-se pela busca de elemento resultante – ou seja, o Produto Educacional – que tivesse aplicabilidade possível nas aulas de Sociologia lecionadas para o ensino médio.

Sendo assim, buscou-se a elaboração de material que pudesse ser agregado de maneira concreta no cotidiano educacional tanto pelos docentes quanto pelos discentes, tendo o intuito de que o resultado pudesse trazer contribuição adicional para a disposição e compreensão do tema sobre o qual nos debruçamos. Neste sentido, percebeu-se como foi relevante analisá-los, visto que estão presentes no cotidiano escolar e influenciam na percepção dos temas estudados na fase final da Educação Básica.

Para isso buscou-se em um primeiro momento a compreensão do objeto. Para tanto, nesta etapa da pesquisa, percebeu-se que a melhor metodologia a ser aplicada seria a análise de conteúdo e a análise documental, tendo o Currículo Mínimo como principal alvo de escrutínio nesse aspecto, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois este procedimento técnico é:

O documento [que] permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (...) [podendo-se] operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como de sua gênese até os nossos dias. (CELLARD, 2012, p. 295)

Deste modo, considerando-se o longo tempo de produção dos documentos que direcionam o ensino, bem como o atual momento em que se indagam os indivíduos a respeito de algo tão presente no dia a dia de quem se dispôs a falar sobre o tema Trabalho, entendeu-se que é importante compreender o que os discentes entendem sobre o tópico para, a partir desse ponto, criar o Produto Educacional que melhor contribuísse para a formação institucional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITO DE TRABALHO

Os sistemas organizacionais sociais e econômicos - como, por exemplo, o capitalismo, o socialismo, o feudalismo - se estruturam através das relações provenientes do Trabalho. Por conseguinte, percebe-se que as modificações históricas que ocorreram ao longo do tempo na atividade laborativa têm reflexo direto na maneira como os indivíduos são compreendidos socialmente a partir das experiências a que são condicionados ao exercer tal atuação.

Assim, faz-se necessário, em produções acadêmicas que discutem o mundo do trabalho, observar os avanços teóricos a partir do que o sociólogo, economista, filósofo, jornalista e historiador Karl Marx dispôs em suas obras a este respeito. Porém, também é importante – até mesmo para que haja um diálogo com os indivíduos que estão para além dos muros da academia – que essa abordagem seja compreendida levando em consideração a contemporaneidade, sem abdicar de interpelação que busque compreender os caminhos que os levaram até tal ponto. Não há como entender a sociedade em que vivemos se abandonarmos a História.

De acordo com Cortella (2009, p. 19), na Antiguidade – período de grande influência para sociedades ocidentais, como a brasileira – o trabalho era compreendido como uma prática menor, uma punição aplicada pelos deuses. Essa perspectiva sofre modificações de acordo com a época, mas continua a existir, a depender das concepções dominantes de cada tempo.

Conforme expõem Antunes e Alves (2004), a partir da valorização e persecução à acumulação de riquezas, principal objetivo do capitalismo, o mundo do trabalho sofre mutações sensíveis que levaram à construção de um sistema metabólico em que o capital vigente é o principal elemento a ser resguardado. Desta maneira, os trabalhadores são

despersonalizados, tornando-se apenas meio para obtenção de lucro. Para tanto, por diversas vezes, busca-se a construção de ciclos em que se estabelece uma condição de perda de direitos por parte daqueles que não detêm os meios de produção.

Antunes e Alves (2004) trazem um retrato das mutações ocorridas no mundo do trabalho a partir da eleição de nove pontos que nos levam a compreender como isso ocorreu. Para esses autores, o primeiro elemento de análise deve ser a percepção de que a caracterização da classe trabalhadora apenas como aquela que se encaixa no perfil trazido pelo fordismo e taylorismo de trabalhadores fabris não abarca a pluralidade de trabalhadores que vivem da venda da sua força vital. Isso porque, a partir do emprego de novas tecnologias, “como a ‘teletemática’ (que permite a relação direta entre empresas muito distantes)” (ANTUNES; ALVES, 2004, p.337), ocorre o surgimento de múltiplas formas de flexibilização nas condições de trabalho que geram mudanças nesse perfil, trazendo redução à formalidade que o caracterizava até então.

O segundo ponto é que a descaracterização do vínculo empregatício trouxe desemprego e, conseqüentemente, a aceitação de condições de trabalho precárias. Como resultado, percebeu-se o surgimento de um novo perfil de proletariado, uma vez que a desindustrialização trouxe a expansão da informalidade.

O terceiro ponto é o aumento significativo do trabalho feminino. Antunes e Alves (2004, p. 338) trazem a diferenciação de gênero no mundo do trabalho como um dos elementos que explicam a mutação ocorrida neste com o passar dos anos, já que a desvinculação do indivíduo a formas de trabalho que proporcionam o mínimo de seguridade social (vide o ponto supracitado) são acompanhados do aumento da presença de mulheres exercendo atividade laborativa. A ampliação da utilização de mão de obra feminina no mercado de trabalho é utilizado como elemento histórico pelos capitalistas para aumentar a precarização, já que, como ainda pode ser observado atualmente, mulheres têm menor remuneração, o que se caracteriza como uma forma de diminuição de direitos sociais.

Antunes e Alves (2004) elencam, em quarto lugar, o aumento no quantitativo de trabalhadores no chamado setor de serviços. Essa mudança no setor produtivo formal, ocorrida no final do século XX, gerou a sindicalização dos assalariados médios e configurou uma ampliação da classe trabalhadora. Naquele momento, tais atividades, que eram tidas como improdutivas, passaram a ser consideradas profícuas.

Os pontos cinco e seis elencados por Antunes e Alves (2004) complementam-se ao citar a exclusão do mundo do trabalho de jovens que já têm idade para exercer atividade laboral, bem como de idosos que têm como característica a especialização ao desenvolver o seu papel na produção. Os autores citam que estas foram substituídas pela inserção de mão de obra infantil em múltiplas áreas de trabalho pelo capital para exponenciação da exploração e geração de lucro.

Todas essas mudanças na dinâmica do mundo do trabalho contribuíram para o sétimo ponto, que se refere ao aumento do terceiro setor, no qual “dominam aquelas [atividades] de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente às margens do mercado” (ANTUNES; ALVES, 2004, p.339) e, assim sendo, tem atuação limitada, dado que a dinâmica fomentada no capitalismo gira em torno da produção e acumulação de riquezas. Os autores entendem que este é um recurso que impacta profundamente o cenário laboral, pois tem no assistencialismo a sua principal característica, não gerando produção propriamente dita.

O oitavo componente que constitui mutação no mundo laboral é a expansão do trabalho em domicílio que, por meio da inserção e expansão das possibilidades tecnológicas

no auxílio e na execução do trabalho, traz a desconcentração do processo de produção que antes tinha espaço físico pré-determinado em que deveria ser desenvolvido. Antunes e Alves (2004, p. 341) dizem que esse aspecto é responsável pela ampliação das “formas de exploração do contingente feminino” (*ibid*), ampliando o trabalho produtivo doméstico (...) em várias partes do mundo” (*ibid*).

Como nono aspecto de mudanças no mundo do trabalho está a Mundialização do Capital. Esse movimento, o qual podemos chamar de globalização econômica, dentre outras ações de mercado, acontece quando uma empresa com sede em um país expande suas atividades e se instala em outro país. Isso gera nova conformação da classe trabalhadora, devido à fragmentação e à estratificação causadas pela internalização do capital.

Antes de tratar o que apontamos como consequência desses fatores demonstrados até aqui e trazidos por Antunes e Alves (2004), explicita-se que, visando analisar especificamente o cenário da realidade brasileira, não há que se falar na formação do processo de exploração do trabalho sem abordar a questão da escravidão que ocorreu após invasão (também chamada, em termos históricos, de colonização).

2.2.COMO A ESCRAVIDÃO IMPACTOU A PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO NO BRASIL.

Ao menos institucionalmente, o período escravocrata teve o seu fim datado de 13 de maio de 1888. Adotamos a retórica de que existe divisão entre discurso e realidade ao se tratar da abolição da escravidão devido à falta de planejamento e possibilidade de condições mínimas de dignidade aos que recebiam sua “liberdade”.

Como apontou Moura (2019), o que ocorreu de fato durante a escravidão foi um apagamento cultural do povo negro, por meio da assimilação.¹ Este levou também a uma invisibilização da ligação entre luta de classes e raça, pois passa uma ideia de que tal processo seria de troca e ocorreria mutuamente entre dominador e dominado e que, com o decorrer do “compartilhamento” cultural, isso teria de alguma forma contribuído até mesmo para as modificações sociais daqueles que foram subjulgados.

Nesse sentido, o autor afirma que não houve partilhamento de saberes entre explorados e exploradores “a não ser em proporções não significativas ou individuais. (...) Isso porque os mecanismos que produzem a mudança cultural têm pouca relação com aqueles que produzem a mudança social”. (MOURA, 2019, p. 75). Tal sistema é responsável pela desigualdade social que percebemos atualmente na educação e que se apresenta no cotidiano por meio da Dualidade Estrutural (GRABOWSKI; KUENZER, 2016), que visa dividir o acesso ao ensino de acordo com a classe social. Desse modo, busca-se superar a visão que se estabelece no âmbito educacional e que reflete no mundo do trabalho, pois, segundo Ciavatta (2015, p. 2-3), esta divisão é responsável por estabelecer quem serão os trabalhadores da “ação de pensar” e os que serão responsáveis pela “ação de executar”.

Esse adendo se faz necessário, pois vivemos em um país que, no sentido inverso do que fizeram grandes nações,² tende a mascarar ou até mesmo negar a existência ou a

¹ Segundo Moura (2019, p. 69-72), este é o processo em que a sociedade em posição dominante faz com que aqueles sob domínio sejam forçados a adotar aspectos culturais que não fazem parte de sua vivência, causando assim, um apagamento identitário. Exemplo disso é a catequização.

² Como exemplo, pode-se citar a Alemanha, que não nega ou esconde a atrocidade histórica que foi o Holocausto, vide o Memorial do Holocausto em Berlim ou Museu de Auschwitz.

perpetuação de situações advindas de períodos historicamente devastadores como a escravidão. A partir desta negação, ao encontro do mito da democracia racial³, busca-se criar o imaginário de que se não dá pra ignorar o que aconteceu, ao menos diremos que não nos afeta mais enquanto sociedade. Porém, essa construção narrativa não se mostra condizente com a realidade e, em tempos em que a sombra do negacionismo vocifera, é importante colocar-se quanto a esse respeito.

2.3. ENTENDENDO COMO A MUTABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO GEROU O CENÁRIO LABORAL CONTEMPORÂNEO BRASIL.

Ao buscar compreender o cenário contemporâneo do mundo do trabalho que resulta de todo o processo de mutabilidade que sofre, nos moldes dos pontos já expostos à luz de Antunes e Alves (2004), percebe-se que essas mudanças continuam acontecendo e desaguam na precarização.

Assim, adotando abordagens que explicam fenômenos atuais que ocorrem no mundo do trabalho, entendemos o exposto por Antunes (2020) a respeito da *uberização* e precarização como colocações que contemplam o cientificismo de análise social trazido pelos escritos de Marx a respeito do Trabalho, sem deixar para trás a hodiernidade das questões que nos circundam, posto que o suprarreferido autor entende essa compreensão categórica de análise de maneira ontológica (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1063); ou seja, a partir da observação do ser como ser, observando como o conceito que diz respeito à venda de força vital se manifesta na realidade social, trazendo as múltiplas modificações que o tema sofreu com o passar do tempo.

Deste modo, é importante fazer a exposição desse aspecto com a definição cunhada por Antunes (2020), a qual nos coloca a par da maneira como podemos explicar quem são os trabalhadores do século XXI, bem como a maneira como o conceito de Trabalho é definido quando dispõe esta categorização como *classe-que-vive-do-trabalho* e explica que a mesma diz respeito à:

Totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. (...), cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (ANTUNES, 2020, p. 33).

Assim, podemos entender que aqueles que não possuem os meios de produção e vendem sua força de trabalho para os que pertencem às classes que se encontram no topo da estratificação social pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho*. Sendo, portanto, Trabalho concebido como “termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina ‘economia política’; ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa”. (MANACORDA, 1996, p. 44).

Em observação atual, Antunes (2020) nos traz percepções como a *uberização do trabalho* que, segundo ele, refere-se a “uma nova modalidade laborativa que combina mundo

³ Ideia que busca dizer que, diferentemente de outros países em que houve segregação baseada na cor da pele, no Brasil há paridade de oportunidades entre brancos e negros e que não existe ou existiu discriminação racial.

digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações.” (ANTUNES, 2020, p. 39). Em decorrência direta, é gerada a precarização daquele que se submete a esta *escravidão digital* (*ibid.*), a partir de uma concepção que busca vender uma falsa noção de empreendedorismo que repassa ao indivíduo toda a responsabilidade por seu insucesso profissional.

Na relação a partir do Trabalho, o que é “negociado” é a força vital daquele que tem a necessidade de colocá-la à venda por não deter os meios de produção. Contudo, a partir dos novos meios empregados para tanto, tira-se do indivíduo até mesmo a identidade de trabalhador e vende-se a ideia de que o que ocorre é a possibilidade de tornar-se dono do próprio negócio, quando, na verdade, o espaço que ocupa é o de trabalhador precarizado (ANTUNES, 2020, p. 38), pois foi reduzido a um elemento na produção de capital que não detém nem ao menos os direitos trabalhistas básicos que tinha quando figurava como proletariado.

O que se vê é uma reafirmação de que o sucesso de cada indivíduo atravessa única e exclusivamente o grau de esforço empregado e que todos conseguem alcançar sucesso, se trabalharem o bastante. Essa narrativa não leva em consideração fatores externos, como, por exemplo, a educação institucional a que cada um tem acesso.

O discurso meritocrático busca relativizar o surgimento, a intensificação e a permanência da *escravidão digital* (ANTUNES, 2020, p. 32), pois oferece uma ideia de que, ao aderir à prestação de serviços por intermédio de aplicativos, o trabalhador está empreendendo, enquanto, na verdade, ele tem sua mão de obra terceirizada por uma empresa que lucra sobre o que este produz.

Entretanto, sob o pretexto de que proporcionará liberdade, tais empresas promovem a chamada *mudança do trabalho*⁴ (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 336), utilizando-se da *flexibilização* (ANTUNES, 2020, p.34) que refere-se à utilização de meios de subordinação laboral e prestação de serviços em que não haja vínculo trabalhista como, por exemplo, a busca cada vez maior pela inclusão de terceirizados em determinadas áreas, para se abster de arcar com as despesas trabalhistas que garantem a preservação de direitos a quem *vende sua força de trabalho*.

Desta maneira, fica claro que entendermos a importância de pensar sobre o conceito de Trabalho vinculado à educação é relevante, pois, como expôs Tumolo (2011), este pode ser compreendido de diversas maneiras e dentre essas múltiplas formas de constituição dessa categoria, há ao menos um ponto de convergência: “o pressuposto segundo o qual a educação se estrutura e se organiza a partir do eixo do trabalho” (TUMOLO, 1996, p. 1), sendo ele determinante para se estabelecer qual será a visão pedagógica adotada e se a *acumulação flexível*⁵ (GRABOWSKI; KUENZER, 2016) será endossada ou não.

⁴ “Os tempos são outros” e de que “tanto o trabalho em si quanto a forma de trabalhar mudaram” para relativizar perda de direitos e precarização das condições de trabalho que advêm da digitalização que tira do trabalhador, por exemplo, a definição de qual será a sua jornada de trabalho, pois a todo tempo ele deve estar disponível para a atividade laborativa, dado que, se não o fizer, não consegue ter seus ganhos e, por consequência, a sua sobrevivência. Porém, como colocam Antunes e Alves (2004, p. 336) e Grabowsk e Kuenzer (2016, p. 29), o fato de ter havido mudança significativa na maneira como se estabelecem as relações de trabalho não pode ser justificativa para a perda de garantias já conquistadas, tendo em vista que a *classe-que-vive-do-trabalho* não perdeu seu sentido ontológico em decorrência dessas modificações.

⁵ Diz respeito à ideia de que os trabalhadores, a depender de sua origem social, devem ter acesso à educação básica (precarizada) que possibilite apenas que exerçam atividades generalistas e sem aprofundamento, de modo a não terem especialização para o cumprimento de ação laboral mais aproximada do que Grabowsk e Kuenzer (2016, p. 28) chamam de *intelectualização das competências*; ou seja, daquelas atividades que exi-

Desta forma, optou-se, nesta produção, por uma abordagem do tema que tem como viés uma percepção de educação integradora (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015) que busca superar que seja proporcionado um ensino marcado pela Dualidade Estrutural (GRABOWSKI; KUENZER, 2016), visto que percebe-se que, a partir de uma educação de qualidade ao alcance de todos, desigualdades sociais são dirimidas.

Sendo assim, o que trazemos aqui é a concepção ontológica do Trabalho que leva em consideração o materialismo histórico-dialético. Ou seja, buscamos observá-lo sem deixar de lado seu aspecto social, econômico, político e ideológico, sendo o último muitas vezes comumente colocado pelo senso comum como origem natural das divisões sociais, tentando colocá-las como algo inerente aos indivíduos e não como uma construção realizada previamente às escolhas feitas pelos sujeitos.

2.4.SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO CONFORME TRAÇADO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NO CURRÍCULO MÍNIMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A história é escrita a todo tempo e assim também acontece com o espaço que a Sociologia ocupa no Currículo, pois ele fica na dependência de quem esteja à frente das tomadas de decisões.⁶ Como comprovação, basta observar as inúmeras inserções e retiradas da disciplina da grade escolar. Segundo Silva (2009), o Currículo refere-se a um campo de poder a ser desbravado e sob disputa. Isso se manifesta por meio de documentos que serão explorados neste tópico a partir de método crítico que, como discorrem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), possibilita “a apreensão, compreensão e análise dos documentos”.

O Ministério da Educação (MEC) define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”⁷.

Assim, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituídas pela Lei nº 9.394 de 1996, em seu art. 35-A, § 2º, estabelecem que a BNCC “referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Essa determinação se fez necessária, pois tais disciplinas passaram – e, infelizmente, continuam passando – por instabilidades curriculares, nas quais, por vezes, a importância de permanecerem no Currículo foi retirada por disputas políticas baseadas na perseguição do poder entre aqueles que governavam. Materialização disso foi o veto realizado, em 2001, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que impossibilitava a obrigatoriedade da Sociologia na grade curricular. A permanência da disciplina no currículo foi assegurada em 2008.

A educação não é de competência exclusiva da União, ficando a cargo também dos Estados e Municípios. Desta maneira, cada ente federativo estabelece, a partir do indicado

gem prática mais complexa (tidas como mais próximas do cientificismo). Ressalte-se que essas combinações são definidas de acordo com as necessidades do mercado para assegurar que a acumulação do capital se dê em proporções cada vez maiores.

⁶ Visto o exposto por Silva (2010), que completa quadro iniciado por Santos, em 2002, ao esquematizar as inserções e retiradas da Sociologia enquanto disciplina que compõe o currículo educacional institucional vigente no Brasil, principalmente na Educação Básica. Em suma, o disposto pela autora demonstra de maneira historiográfica que, quando há ocupação autoritária (ou que flerte com esta) no exercício do poder, a Sociologia é destituída; em contrapartida, quando o cenário é inverso, a disciplina volta a ocupar seu lugar.

⁷ Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acessado em novembro de 2020.

pelo governo federal, o conteúdo a ser ministrado nas instituições de ensino. O Estado do Rio de Janeiro instituiu, durante o Governo Cabral, em 2011, por meio de uma equipe pedagógica ligada à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), o Currículo Mínimo adotado pelas escolas sob sua gestão. O documento permanece vigente desde 2012 e refere-se a um conjunto de instruções a serem seguidas pelos docentes e demais profissionais da educação.

O Currículo Mínimo é documento institucional responsável por apontar quais serão os conteúdos essenciais abordados em cada disciplina, tendo estas “cadernos” próprios. Nele estão expressas orientações em relação ao conhecimento básico que o discente que cursa determinada série deve ter aprendido ao final daquela etapa de ensino. Cada disciplina tem seus assuntos a serem tratados listados por bimestres.

Pelo exposto acima, a BNCC pode ser colocada como dispositivo normativo que estabelece quais serão os conteúdos basilares que deverão ser aplicados para todos aqueles que estão na fase escolar, estendendo-se até o último ano do ensino médio. Ressalte-se aqui que, em toda a sua extensão, a BNCC menciona a Sociologia em apenas cinco instâncias e sempre como um subtema ao tratar das Ciências Humanas. Fato esse que não acontece, por exemplo, com a Matemática, que tem destaque incontestável, sendo citada em um total de 208 vezes, e não somente como uma subtópico das Ciências Exatas.

Em relação ao que expressa sobre o objetivo da educação, apesar de a BNCC expor um compromisso com a educação integral, na maior parte das vezes ela está ligada à concepção de que a escola tem papel primordial de formar para o mundo do trabalho, dando destaque, como demonstrado, às disciplinas que se distanciam da criticidade cunhada pelas ciências humanísticas a respeito do meio social.

Apesar de definir a inclusão da Sociologia como meio importante para a construção de habilidade argumentativa e sistematização do raciocínio, possibilitando a organização do pensamento analítico e interpretativo (BRASIL, 2018, p. 472), a BNCC não traça espaço próprio para a disciplina, colocando-a como coadjuvante e sem aprofundamento mínimo do seu conteúdo.

Com relação ao Currículo Mínimo, pode-se dizer que, como colocado por Formosinho (*apud* FORMOSINHO; MACHADO, 2008, p. 7), ele se refere a um “currículo uniforme, pronto a vestir, em tamanho único”. Seu surgimento ocorreu em um momento em que os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁸ (IDEB)⁹ do ano de 2009 apontaram que o ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro não conseguiu alcançar a meta de 2,9 que houvera sido estipulada para aquele ano. No referido período, a média nacional foi de 3,6, e apenas o estado do Piauí obteve nota inferior: 2,7.¹⁰ Tal resultado culminou na queda da secretária de Educação à época.¹¹

Com vistas a uma recuperação frente aos resultados obtidos, o então nomeado secretário de Educação (Wilson Risolia) estipulou a criação do Currículo Mínimo. Nos dois

⁸ Este refere-se ao acompanhamento da qualidade do ensino que está sendo ofertado a partir da análise de índices presentes no cotidiano escolar como, por exemplo, os dados sobre aprovação escolar. A partir do IDEB políticas públicas que tem como objeto a educação básica são estabelecidas.

⁹ Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5781819>>. Acesso em janeiro de 2020.

¹⁰ É válido, porém, observar que, diferentemente do que aconteceu com o estado do Rio de Janeiro, o Piauí conseguiu superar a meta definida para aquele ano, que era de 2,4.

¹¹ Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/tereza-porto-exonerada-da-secretaria-estadual-de-educacao-362850.html>>

resultados seguintes (2011 e 2013), o Estado conseguiu obter nota acima do estabelecido; porém, nos anos de 2015, 2017 e 2019, a nota desceu abaixo do recomendado pelo governo federal. Nestes dois últimos anos, as avaliações chegaram a ficar 0,9 menores que o esperado.

Tais resultados confirmaram o que Frigotto *et al.* (2011) colocaram ao dizer que os meios pelos quais se optou para buscar a recuperação do resultado foram ineficazes, visto que não atacavam as raízes do problema como, por exemplo, às más condições de trabalho dadas aos profissionais da educação e à falta de estrutura, mas tão somente o mascarava a partir de bonificações prometidas aos docentes, caso os índices fossem alcançados. Isso porque o então secretário tinha a percepção de que a educação se trata de um negócio.

Essa percepção ficou clara na elaboração do Plano Estratégico 2012-2031 do Governo do Estado do Rio de Janeiro,¹² o qual, em sua página 85, determina que “a realização de metas estabelecidas para indicadores de aprovação, proficiência e infraestrutura orienta a distribuição de bonificações aos servidores efetivos das unidades e das Regionais”. Seria esse o meio pelo qual a administração pública melhoraria os índices educacionais das instituições públicas de ensino inseridas na esfera estadual. As bonificações aumentariam salários e auxílios concedidos aos docentes e servidores do setor da educação por meio de reajustes anuais e implementação de benefícios.

Tal atitude transmitia a ideia de que o problema era exclusivo da prática docente, ignorando uma série de problemas infraestruturais, como a falta de incentivo à capacitação, problemas de gestão e a falta de uma política pública que visasse planejamento em âmbito pedagógico de um verdadeiro método de superação dos déficits demonstrados pelo IDEB.

À semelhança de outras disciplinas, foi implementado para a Sociologia um caderno específico que demonstrava, sem aprofundamento, a partir de tópicos, o conteúdo que deveria ser ministrado em sala de aula. Isso fica claro ao observar a determinação de que o tema Trabalho seja abordado da seguinte forma: “Trabalho, sociedade e capitalismo”, sendo estabelecidas habilidades generalistas que não levam em consideração, por exemplo, a multiplicidade de realidades existentes na rede estadual de ensino ou questões que toquem sua vivência prática, rendendo-a pouco eficaz ao longo do tempo, como os números demonstram.

3.PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. OS CAMINHOS DA PESQUISA E IMPLEMENTAÇÃO.

Aqui falaremos sobre o *modus operandi* utilizado durante a pesquisa que culminou na construção deste artigo acadêmico e do Produto Educacional. A metodologia deve ser entendida, segundo Barreto e Honorato (*apud* TIMBÓ, 2002, p. 10), como:

O conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação (BARRETO; HONORATO *apud* TIMBÓ, 2002, p. 10).

Partindo deste conceito, buscamos formas para alcançar o objetivo proposto de investigar qual é o entendimento que os discentes do ensino técnico possuem a respeito do

¹² Disponível em:

<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalPlanejamentoOrçamento/3_estudos_publicacoes/estudos_publicacoes/planoestrategico2012.pdf?lve>

conceito de Trabalho, tendo em vista a importância que o tema tem tanto para a aprendizagem da Sociologia quanto para a formação deles em sentido amplo.

Considerando as mudanças advindas das providências tomadas no sentido de evitar que o contágio da Covid-19 fosse ainda maior, as aulas passaram a ser ministradas remotamente, o que modificou o planejamento da pesquisa, pois ela havia sido idealizada para condução presencial e teve que ser executada de maneira digital, devido à necessidade do distanciamento social. Assim, ferramentas como Google Meet, WhatsApp e e-mail foram as maneiras de comunicação utilizadas com os participantes.

A pesquisa foi realizada com discentes com idade entre 14 e 17 anos que estão cursando o ensino médio do curso técnico em Administração com ênfase em Empreendedorismo de instituição de ensino público da rede estadual, localizada no Norte Fluminense. Entendemos que os sujeitos da pesquisa precisavam ser oriundos desta fase educacional, pois é nela que a Sociologia é introduzida no Currículo.

Pelo supracitado, o método de estudo realizado foi qualitativo por ser, como explicitam Bonotto *et al.* (2015), o mais apropriado para “compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto.” (BONOTTO *et al.*, 2015, p. 243). Deste modo, é também uma maneira de dar voz aos sujeitos da pesquisa, possibilitando-os uma oportunidade de participar ativamente do processo de construção do conhecimento.

O início dos trabalhos ocorreu por meio da análise documental, tendo como objeto o Currículo Mínimo definido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), para saber como o tema Trabalho se apresenta institucionalmente. Este é adotado da mesma maneira em todas as modalidades de ensino da rede estadual, inclusive na educação integral, no curso técnico de Administração com ênfase em Empreendedorismo.

Esse foi o primeiro passo porque esse instrumento é o que indica quais são os caminhos a ser seguidos pelo docente e é um dos “dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos” (FLICK, 2009, p. 234). Ou seja, é a partir dele que se sabe qual será o conteúdo abordado e os percursos metodológicos oferecidos para a explanação do mesmo. Somando-se a isso, foi realizada uma análise documental e discorreu-se sobre como o tema é abordado também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O resultado pode ser observado no tópico *Sociologia no Ensino Médio conforme traçado na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Mínimo do estado do Rio de Janeiro*.

A coleta dos dados realizada via Google Meet¹³ foi o grupo focal. Essa foi a metodologia escolhida entre tantas, pois, segundo Morgan (apud GONDIM, 2003, p. 151), trata-se de “uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador” que proporciona, segundo Veiga & Gondim (*ibid.*), “compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”.

Outro meio de busca da compreensão de o que os sujeitos da pesquisa entendiam por conceito de Trabalho foi o pedido para que elaborassem textos. Neste sentido, seguindo o roteiro do grupo focal apresentado ao Conselho de Ética e Pesquisa (CEP), foi proposto que os estudantes escrevessem dez linhas, partindo das seguintes indagações: “(i) O que você

¹³ Isso porque, devido à pandemia, foi decretado o fechamento das escolas e o ensino passou a ser realizado on-line, com a adoção das plataformas Google Classroom e Google Meet.

entende como conceito de Trabalho? (ii) Como você percebe que este conceito se manifesta no cotidiano?”. A indicação foi a de que não respondessem as perguntas em blocos e que elas servissem apenas como questionamentos para iniciarem os textos, pois estudantes desta faixa etária costumam apontar que têm dificuldades em iniciar qualquer tipo de redação.

Esse caminho foi o escolhido para que fosse possível alcançar o objetivo, pois optou-se por partir do conhecimento que eles apresentavam sobre o tema, já que a intenção não era apenas preparar algo sob a ótica de quem está institucionalmente habilitado para isso (o docente) e entregar a eles, visto que essa já é a prática encontrada no cotidiano das instituições de ensino.

Nossa finalidade está assentada, em consonância com a tendência crítico-social dos conteúdos exposta por Meksenas (2010, p. 73-89), que diz que o conhecimento não deve ser entendido como saber pura e simplesmente pelo saber, mas sim como uma oportunidade de meio para transformação do mundo social, devendo a linguagem aplicada permitir que os indivíduos que não pertencem às classes dominantes entendam o conteúdo e que ele reflita e busque analisar a vida cotidiana. Por esse motivo, nosso ponto de partida foi dar voz aos discentes.

Assim, realizou-se a coleta de dados que deu origem ao material que passou pela análise de conteúdo, que é definida por Bardin (1977, p. 38) como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo (...) [sem esquecer que o importante de fato nessa metodologia não é a] descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados.

Nesse sentido, André e Lüdke (1986, p. 45) esclarecem que “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa; ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”. Para tal, contamos com a categorização das respostas obtidas a partir do grupo focal.

3.2. O GRUPO FOCAL

O grupo focal foi integrado por três discentes que cursavam o primeiro ano do ensino médio e realizado através da plataforma Google Meet. A eles foi reforçado qual era o intuito daquela conversa e de como a participação deles não estava ligada a nenhuma avaliação escolar, mas sim que se tratava de algo voluntário da qual poderiam se abster a qualquer momento e que aquilo era um dos passos para uma produção acadêmica que tinha como objetivo servir de auxílio em aulas de Sociologia que seriam ministradas futuramente.

Os participantes foram informados também de que o principal ali era saber a ideia que eles tinham sobre o tema tratado e que, por isso, era relevante que estudantes daquela etapa escolar participassem, pois assim poderiam contribuir expondo como acham que seria interessante que o tema fosse abordado.

A ideia inicial para a realização do grupo focal era que o seu ponto de partida se desse pela exibição do filme “Tempos modernos”, de Charles Chaplin, que tem duração de uma hora e vinte e seis minutos. Porém, devido ao fato de essa sessão ter que deixar de ser presencial devido à pandemia, entendeu-se ser mais condizente com a nova realidade que se

apresentava a exibição de uma produção audiovisual de menor duração. Assim, foi selecionado o vídeo “História do emprego e as relações no mundo do trabalho”¹⁴.

O suprarreferido vídeo foi produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; tem duração de 11 minutos e 35 segundos e foi postado na plataforma YouTube, no canal ligado ao programa Via Rápida, que visa qualificar profissionais para inserção ou reinserção no mercado de trabalho.¹⁵ Na sua descrição, está disposto que o objetivo da produção é “dar um panorama da história do trabalho desde a compreensão de sua origem até a forma consolidada na modernidade, relacionando aspectos como o aumento da exploração do trabalho e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia” (VIA RÁPIDA, 2016).

A produção audiovisual em questão inicia-se com a aparição de dois personagens, um homem e uma mulher, que estão buscando uma vaga de emprego e conversam ao se encontrarem em uma fila. Na cena, a candidata à vaga cita o fato da jornada de trabalho ocupar a maior parte do dia, durante cinco dias da semana, e é lembrada dos direitos trabalhistas que a pessoa que conquistar a vaga terá, bem como o fato de aquele ser o horário comercial comumente praticado no mercado.

Após demonstração de curiosidade por parte da personagem a respeito de quem inventou o trabalho, o rapaz se depara com um botão cuja descrição é “para saber a história do trabalho, aperte aqui”. A partir deste momento, é apresentada a instauração do trabalho como criação humana que surge da interação entre indivíduo e natureza na busca pela sobrevivência. Porém, essa relação também se dá entre as pessoas que fazem parte de uma mesma sociedade. É dela que surge a apropriação daquilo que era produzido como propriedade coletiva, passando a existir a exploração do homem pelo homem.

A narrativa continua e passa pelos processos de exploração que se utilizam da tecnologia, inserindo as máquinas na ação e, conseqüentemente, no aprimoramento do processo histórico de exploração da mão de obra, que foi aumentada pelo advento da Revolução Industrial. Também é citada a organização dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho.

Após a explicação sobre o período, abordam-se as relações estabelecidas no século XX, a conquista de direitos obtidos através das mobilizações trabalhistas como greves e o surgimento de direitos trabalhistas como regulamentação da jornada e licença maternidade, por exemplo.

Para a realização do grupo focal, elaborou-se um roteiro que foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Nele, como citado anteriormente, foram formulados questionamentos que serviram de auxílio para entender o que os discentes pensavam a respeito do tema investigado.

Após a exibição do vídeo, o grupo participante foi indagado, seguindo o instrumento supracitado, sobre o que se tratava aquela produção audiovisual e qual fora o elemento específico que os fizeram ter essa percepção mais clara a respeito do tema abordado.

Em seguida, o assunto abordado foi a maneira como o Trabalho foi tratado, se os integrantes do grupo focal conseguiam identificar conceitos sociológicos a partir do que assistiram, bem como qual seria a importância de estudar a esse respeito e a influência desse conhecimento no cotidiano. Ao final da realização do grupo focal, foi pedido que os

¹⁴ Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=hfc6qSjqxg>>. Acessado em dezembro de 2020.

¹⁵ Vide <viarapida.sp.gov.br/sobre>. Acessado em fevereiro de 2021.

estudantes expusessem a concepção deles a respeito do conceito de Trabalho e como ele se manifesta no cotidiano.

Na aplicação dessa metodologia qualitativa de pesquisa, ficou nítida a importância de proporcionar espaço para que o protagonismo juvenil (pauta levantada por eles próprios, sempre que têm oportunidade) seja colocado em prática e deixe de ser apenas teoria pedagógica. Segundo Costa (2001, p. 26), isso refere-se à possibilidade de:

A partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade.

Esta demanda levantada pelos participantes demonstra que os jovens que compõem esta geração têm a necessidade de se colocar e expor a sua percepção perante o mundo e as problemáticas que o constitui. Segundo os participantes, a realização do grupo focal proporcionou o atendimento dessa demanda.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como explicitado na metodologia da presente produção acadêmica, o grupo focal teve início com a exibição do vídeo “História do emprego e as relações no mundo do trabalho”, produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo para o programa Via Rápida, cujo objetivo é integrar ou reintegrar trabalhadores ao mercado de trabalho através da qualificação.

Ao serem questionados a respeito do assunto tratado no enredo do vídeo e o que compreendiam dele, a resposta imediata dos participantes do grupo focal foi a aparição de dois personagens que estavam em uma fila buscando emprego.

Nesse sentido, uma das participantes do grupo focal chamou atenção para o fato de os personagens do vídeo (dois trabalhadores) representarem indivíduos da sociedade que tem o trabalho inserido no cotidiano de maneira tão automática “que não veem o que tem por trás do trabalho” (“discente A”) e aproveitou para trazer uma experiência do seu ambiente familiar, citando o fato de o pai trabalhar embarcado e passar quinze dias na plataforma e quinze dias em casa e as pessoas ao redor acharem que esse trabalho é fácil.

Na contramão dessa visão que, segundo a “discente A”, é distorcida, a mesma traz uma percepção que torna visível a precarização (ANTUNES, 2020, p. 60) desses regimes de trabalho ao citar, por exemplo, a falta de horário específico de trabalho quando embarcados e os problemas do chamado trabalho intermitente que se refere à prestação de serviço sem vínculo empregatício contínuo, no qual o indivíduo é remunerado apenas quando solicitado para prestar serviços. Assim, traz em sua compreensão a respeito do cotidiano aquilo que Antunes (2020, p. 66) descreve como “a classe trabalhadora, em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor”, porém, sem que a ela seja assegurada qualquer garantia para tanto.

Outro exemplo impulsionado pela exibição do vídeo e trazido para a discussão a partir da vivência cotidiana dos participantes foi a jornada de trabalho de professores, visto que a mãe de um dos membros do grupo é professora e, além da sua jornada na escola, trabalha por período equivalente em casa “estudando para preparar aulas, atividades e corrigir os deveres dos alunos”.

Essa experiência compartilhada é significativa porque a técnica do grupo focal como metodologia busca entender não só o que o indivíduo pensa a respeito de algo, mas também objetiva colocá-lo como sujeito autônomo, com capacidade de compartilhar saberes. Nas palavras de Gatti (2005, p. 9), quando esta técnica é aplicada, “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”.

Já para outro participante, o que chamou sua atenção no vídeo foi uma charge em que eram exigidas melhores condições de trabalho e remuneração. Essa parte o fez pensar sobre a importância dos trabalhadores, já que, apesar de a inserção das máquinas fazer a produção ser maior, elas não funcionavam sozinhas.

Ao serem perguntados a respeito da abordagem do tema no vídeo, o que mudariam e como achariam mais interessante que o tema fosse pautado, foram unânimes em responder que gostaram da maneira como foram empregados elementos históricos e gráficos, como as charges, bem como a utilização da interpretação, pois assim o assunto não fica maçante. Ao ser sugerida a possibilidade da inserção dos chamados “memes”, que são imagens ou vídeos que são reproduzidos de maneira repetitiva e tomam repercussão viralizando na internet, disseram que poderiam ser aplicados, mas que as ilustrações já ocupavam um pouco esse lugar.

Quanto à aplicabilidade de outros conceitos sociológicos que já haviam estudado durante o primeiro ano, fazendo uma ligação com a importância do conceito de Trabalho no cotidiano dos indivíduos, os participantes do grupo focal salientaram o conceito de senso comum, ligando-o ao exemplo dado em relação ao trabalho intermitente exercido pelo pai de uma das pessoas que compunham aquela coletividade.

Outro conceito trazido por eles foi o conhecimento científico e a importância de se ter contato com esse tipo de informação abalizada, pois classificaram como importante a participação da historiadora no vídeo para explicar como ocorreu a evolução histórica do Trabalho na sociedade.

Foi abordado também o conceito de identidade e sua influência na construção da ideia que se tem a respeito do Trabalho, dado que essa parte da concepção os indivíduos têm previamente. Assim, foi trazido o fato de que a maneira como vemos o trabalho intervém na construção da nossa identidade e modifica a maneira como vemos o mundo. Nesse sentido, os participantes acreditam que isso se dá porque algumas pessoas verão o trabalho como meio para obter conforto e, conseqüentemente, serem felizes, porque é através dele que é possível contribuir na sociedade em que estamos inseridos e que isso traz sentido para nossa existência. Essa ideia vai ao encontro do que Castells (2002) expressa sobre identidade citando que esta é construída pelos indivíduos a partir de fatores coletivos “que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço” (CASTELLS, 2002, p. 23).

O fator tempo também é relevante, segundo os participantes do grupo focal, estando ele diretamente ligado ao comprometimento do convívio familiar, pois as jornadas de trabalho são excedidas. Tal fato é atribuído ao montante de pessoal que se encontra fora do mercado de trabalho e ávido por ingressar ou reingressar nele. Eles apontam o medo do desemprego como combustível para que haja tolerância com relação a situações às quais Antunes (2020) chama de precarização. Essa exemplificação caracteriza a concretização do conceito marxista citado por Antunes (2020, p. 62) definido como *exército industrial de reserva*.

Ao final, foi pedido que o grupo focal falasse sobre a importância de estudar o conceito de Trabalho. A esse respeito, os participantes expressaram ser relevante, tendo em

vista que as pessoas aceitam determinadas condições de trabalho porque não tiveram acesso a esse tipo de diálogo e que ele contribuiria para a valorização da atividade laboral.

Sobre a influência do trabalho no cotidiano, um dos integrantes do grupo focal citou que alguns indivíduos, como a personagem do vídeo, percebem tal elemento como mais um, sem que a ele seja atribuído muito valor – utilizando-se até mesmo da expressão “deixa a vida me levar” para definir a atitude dessas pessoas –, mas que em sua vida tem pertinência, porém não maior que a conferida ao convívio familiar. Faz isso acompanhado da explicação de que a remuneração que recebe ao dar aulas de um instrumento musical que domina desde a primeira infância não é destinada ao seu sustento.

Ao expor a percepção que têm sobre trabalho e como percebem esse conceito sociológico no cotidiano, apresentam o entendimento de que ele serve para que os indivíduos possam obter meio de sobrevivência. Isso fica claro quando é mencionado que “a maioria das pessoas que compõe a nossa sociedade entendem que precisam trabalhar para sustentar a sua família, pagar suas contas e alcançar seus objetivos por meio do dinheiro obtido com o seu trabalho”.

Os participantes também têm a noção de que o fato de cada um exercer uma função é importante para a contribuição com a sociedade, pois, “o trabalho é fruto de uma escassez na sociedade; ou seja, (...) quando há necessidade de algo, alguém procurar uma solução, assim contratando um serviço de alguém para determinada área”. Sob essa perspectiva, discorrem que “o trabalho se relacionando [com] a economia se trata de algo que nos mesmos criamos. E ele é importante para a nossa sociedade”. Dessa forma, demonstram que perceberam como o mundo do trabalho funciona e conseguiram correlacionar o conhecimento adquirido com a sua realidade.

Destarte, cumpriu-se a proposta de se opor à educação puramente tecnicista, pois os indivíduos que participaram deste processo de construção de conhecimento tiveram contato com o conceito de Trabalho de uma maneira que o saber constituiu-se de maneira a servir de meio para construção de seres críticos, autônomos e emancipados, detentores de consciência sobre a realidade social em escalonamentos macro (levando em consideração o todo) e micro (tendo a percepção de seu papel enquanto indivíduo que faz parte do todo). Buscou-se a superação da visão de que são simplesmente peças na divisão social do trabalho, na qual a educação tem apenas a finalidade de especializar os indivíduos para serem capazes de executar funções em uma parte do processo de acumulação do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação como um todo foi muito oportuna para reforçar compromissos que devem reger a prática docente, tal como, a ideia freireana de que a educação deve levar o indivíduo à autonomia crítica, pois só assim será emancipadora. Neste aspecto, a realização do grupo focal teve sua relevância exponenciada, visto que deixou nítida a necessidade de um ensino que aproxime os conteúdos estudados nas instituições formais de ensino daquilo que é vivenciado no cotidiano para que as pessoas passem a ter conhecimento de seu papel social e de como a mão de obra que oferecem ao mercado produtivo é relevante e peça fundamental para a existência e manutenção do capital.

Mais importante ainda se torna quando observamos que a realidade por trás da evasão escolar, por exemplo, é atravessada por infortúnios ligados às condições socioeconômicas que levam os discentes, por vezes, a abandonarem planos traçados que trariam maior possibilidade

de ascensão social, pois têm a necessidade de iniciar a sua vida laboral e contribuir na renda familiar.

Pela participação dos estudantes, percebe-se que o interesse pelo que está sendo refletido é inerente à sua aplicabilidade – ou não – na vivência deles. Quando aproximamos as duas realidades – teoria e práxis –, a pergunta “para que eu estudo isso?” perde sentido, pois ficou claro que o conteúdo observado tem aplicabilidade na vida cotidiana do indivíduo. Isso torna a explanação eficaz, possibilitando que os estudantes percebam o seu papel social, entendam-se como sujeitos autônomos para pensar e questionar o meio em que vivem e, assim, possam alterar a realidade social em que estão inseridos.

Fazer a Sociologia cumprir seu papel como meio proporcionador de contribuições para a emancipação dos indivíduos a partir da compreensão do lugar que ocupam na sociedade se fez presente durante esta jornada, pois foi notório que, no começo, os sujeitos da pesquisa encontravam-se receosos e tinham a impressão de que o assunto era distante. Ainda assim, no decorrer da discussão, perceberam que a produção de conhecimento ali tinha implicações diretas com o que acontecia na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. (Mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações da era do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, vol 25, número 87, mayo-agosto. 2004, pp 35-351. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>>. Acesso em: janeiro de 2021.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, v. 52, n. 38, p. 61 80, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa:Edições 70, 1977, 229 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf>. Acesso em:10 de março de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BONOTTO, Danusa de Lara. et al. **Pesquisa Documental**: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. IN: Investigação Qualitativa em Educação 2015, pp. 243-247. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideracoes>

ration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Kaluss Brandini Gerhardt. v. II. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CELLARD, André. **A Análise documental**. IN: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ tradução Ana Cristina Naser. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 - (Coleção Sociologia).

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: A escola e o trabalho como lugar de memória e identidade. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/325954886_A_FORMACAO_INTEGRADA_A_ESCOLA_E_O_TRABALHO_COMO_LUGARES_DE_MEMORIA_E_DE_IDENTIDADE>. Acesso em: março de 2021

CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 6ª ed. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

COSTA, A. C. G. da. **O protagonismo juvenil passo a passo**: Um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim. Currículo e Organização: As equipas educativas como modelo de organização pedagógica. Braga: Universidade do Minho, Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, pp.5-16, Jan/Jun 2008.

FRIGOTTO, G.; GAMA, Z.; ALGEBAIL, Eveline; MOTTA, Vânia da; Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo. Publicado em: 13 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/plano-de-metas-da-educa%C3%A7%C3%A3o-do-rio-de-janeiro-do-economicismo-ao-cinismo>>. Acesso em: 19 out. 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa**: Desafios Metodológicos. Paidéia, 2003,12(24), 149-161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. **A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível**. Holos, v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>. Acesso em: dezembro de 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro:

IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira; 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia. Coleção Escola e Participação. São Paulo:Edições Loyola. 14a ed., 2010.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em dezembro de 2018.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020**. Disponível em:<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391908>> Acesso em: agosto de 2020.

SEEDUC-RJ. **Currículo Mínimo** – Sociologia - Ensino médio. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SEEDUC-RJ, 2011. Disponível em: <<https://cedcrj.files.wordpress.com/2018/03/sociologia.pdf>>. Acesso: 10 jul. 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SILVA, Ielzi Luciana Fiorelli. **O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil**:

histórico e perspectivas. In: Sociologia: Ensino Médio/Coordenação Amaury César Moraes. – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 304 : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 15), Brasília, DF, 2010.

SILVA, Luciana Caetano. **Neoliberalismo em Xequê, Mais Uma Vez**. IN: Capitalismo e a Covid-19. Org: Daniel Castro, Danillo Dal Seno, Marcio Pochmann. São Paulo:2020. Disponível em: <abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TIMBÓ, Noeme Viana. **Manual para projeto de pesquisa**: Segundo ABNT NBR 15287. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2002. Revisado em 2012. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/biblioteca/servicos/manual-para-projeto-de-pesquisa>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Trabalho**: categoria chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. In: *Perspectiva*. Florianópolis, vol. 14, n. 26, p. 39-70, jul/dez, 1996.

_____. **Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora**: continuando o debate. In: *Revista brasileira de educação*. Vol. 16. n. 47 - maio-ago, 2011.

VIA RÁPIDA. **História do emprego e as relações no mundo do trabalho**. 2016. (11m35s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hfcp6qSjqxg>>. Acesso em dezembro de 2020.